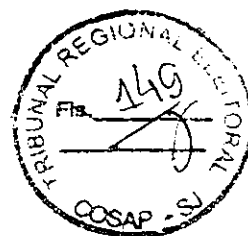




Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ACÓRDÃO Nº 395 (publicado em Sessão)



PROCESSO RE Nº 49-57.2012.6.08.0012 - CLASSE 30ª - ALFREDO CHAVES - ES
- (PROT Nº 990.002.474/2012)

ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL - DEFERIMENTO - REGISTRO - CANDIDATURA - CARGO - VEREADOR.

RECORRENTE: Coligação "Juntos para Continuar".

ADVOGADO: Sandro Loureiro Costa e Outros.

RECORRIDO: Simão Lopes dos Santos.

ADVOGADO: Geraldo Bayer.

RELATOR: JUIZ DE DIREITO JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA.

EMENTA:

REGISTRO DE CANDIDATURA. IMPUGNAÇÃO. RECURSO ELEITORAL. CANDIDATO AO CARGO DE VEREADOR. SUPLENTE DA DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS. SENTENÇA MANTIDA EIS QUE NÃO AFRONTADO O ARTIGO 1º, II, "G", IV, "A", e VII, "B", DA LEI COMPLEMENTAR Nº 64\90.

O exercício de função de direção, administração ou representação de Sindicato de Trabalhadores Rurais demanda a desincompatibilização para concorrer ao cargo de Vereador, no prazo de 6 (seis) meses.

O recorrido integra a diretoria sindical na condição de suplente, não havendo qualquer prova cabal de que o mesmo tenha de fato exercido a função respectiva desde a designação para a suplência.

Recurso conhecido e desprovido.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 20 de agosto de 2012.

DESEMBARGADOR SÉRGIO BIZZOTTO PESSOA DE MENDONÇA, PRESIDENTE

JUIZ DE DIREITO JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
SESSÃO ORDINÁRIA
20-08-2012

PROCESSO Nº 49-57.2012.6.08.0012 – CLASSE 30
NOTAS TAQUIGRÁFICAS – Fl. 1/1

RELATÓRIO

O Sr. JUIZ DE DIREITO JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA
(RELATOR):-
(Lido. Em anexo).

*

VOTO

O Sr. JUIZ DE DIREITO JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA
(RELATOR):-
(Lido. Em anexo).

*

ACOMPANHARAM O VOTO DO EMINENTE RELATOR:-

O Sr. Desembargador Annibal de Rezende Lima;
O Sr. Jurista Marcelo Abelha Rodrigues;
O Sr. Jurista Marcelo Abelha Rodrigues;
A Srª Juíza de Direito Rachel Durão Correia Lima;
O Sr. Juiz Federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha.

*

DECISÃO: À unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do eminente Relator.

*

Presidência do Desembargador Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça.
Presentes o Desembargador Annibal de Rezende Lima e os Juízes Marcelo Abelha Rodrigues, Rachel Durão Correia Lima, Júlio César Costa de Oliveira, Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha e Marcus Felipe Botelho Pereira.
Presente também o Dr. Carlos Fernando Mazzoco, Procurador Regional Eleitoral.

\\dsl



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGINAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
JUIZ JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA

Recurso Eleitoral nº.49-57.2012.6.08.0012 – Classe 30 – 12ª Zona Eleitoral
Recorrente: COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”
Recorrido : SIMÃO LOPES DOS SANTOS

R E L A T Ó R I O

Trato de **recurso eleitoral** interposto pela **COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR ”** contra a r. sentença proferida pelo culto MM. Juiz Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral, Dr. Fernando Fraguas Esteves, que, desacolhendo a impugnação ofertada pela Coligação\recorrente, em razão da não comprovação da desincompatibilização da função de dirigente sindical ocupada pelo pretenso candidato **SIMÃO LOPES DOS SANTOS**, deferiu o registro de candidatura do Recorrido para concorrer ao cargo de vereador no Município de Alfredo Chaves – ES, nas Eleições de 2.012.

Alega a Recorrente, que merece reforma o deferimento do registro, considerando que o Requerido tem restrição legal para ter seu registro de candidatura deferido pelo Juízo Eleitoral, por infringir a LC 64\90, pelo fato do mesmo ocupar cargo no Sindical dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves\ES, sendo portanto dirigente sindical e diretor suplente, conforme documentação apresentada aos autos. Ao final, requer ofício ao Sindicato mencionado para o envio de documentação comprobatória.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
JUIZ JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA

Recurso Eleitoral nº.49-57.2012.6.08.0012 – Classe 30 – 12ª Zona Eleitoral
Recorrente: COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”
Recorrido : SIMÃO LOPES DOS SANTOS

O Recorrido apresentou suas contrarrazões às fls. 131\137.

O Ministério Público Estadual, em exercício na 12ª Zona Eleitoral, opina pela manutenção da sentença.

No mesmo sentido é a manifestação do desprovimento do recurso por parte da douta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o sucinto relatório. Em mesa para julgamento.

Vitória/ES, 20 de agosto de 2012.

JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA
MAGISTRADO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
JUIZ JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA

Recurso Eleitoral nº.49-57.2012.6.08.0012 – Classe 30 – 12ª Zona Eleitoral
Recorrente: COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”
Recorrido : SIMÃO LOPES DOS SANTOS

V O T O

Excelentíssimo Senhor Presidente e Eminentes Pares,

Antes de adentrarmos ao mérito, necessário se faz consignar que o presente recurso preenche os requisitos de admissibilidade do recurso, ou seja, os pressupostos intrínsecos: cabimento, interesse recursal, legitimidade e inexistência de fato extintivo. Os pressupostos extrínsecos também estão presentes, isto é, a tempestividade, a regularidade formal, a inexistência de fato impeditivo e o preparo.

Assim, conheço do recurso e passo ao exame do mérito.

M É R I T O

Trato de recurso eleitoral interposto pela **COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”** contra a r. sentença proferida pelo culto MM. Juiz Eleitoral d 12ª Zona Eleitoral, Dr. Fernando Fraguas Esteves, que,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGINAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
JUIZ JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA

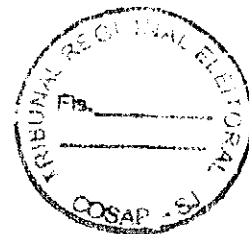
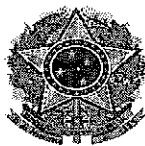
Recurso Eleitoral nº.49-57.2012.6.08.0012 – Classe 30 – 12ª Zona Eleitoral
Recorrente: COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”
Recorrido : SIMÃO LOPES DOS SANTOS

desacolhendo a impugnação ofertada pela Coligação\recorrente, em razão de não comprovação da desincompatibilização da função de dirigente sindical ocupada pelo pretenso candidato, deferiu o registro de candidatura do Recorrido para concorrer ao cargo de vereador no Município de Alfredo Chaves – ES, nas Eleições de 2.012.

Na fundamentada sentença proferida às fls. 110\113, o culto Magistrado da 12ª Zona Eleitoral, dentro da melhor doutrina e jurisprudência do caso, ressaltou que o documento de fl. 77, é cristalino ao afirmar que o Recorrido é mero suplente de diretoria e nunca exerceu qualquer múnus ou representação no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves, ES.

O documento de fl. 77 mencionado e que da sustento a r. sentença, trata-se de um ofício encaminhado ao Magistrado pelo Sindicato do Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves, subscrito pelo Presidente, Sr. Paulo Orlandi, noticiando que o recorrido Simão Lopes dos Santos, ocupa a função de suplente da diretoria, ressaltando que desde o início do mandato não houve alteração na sua função de suplente.

O Parquet Eleitoral, em exercício na zona eleitoral, em suas razões de recurso, à fl. 140, comunga do mesmo pensamento do MM. Juiz Eleitoral, registrando, verbis:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGINAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
JUIZ JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA

Recurso Eleitoral nº.49-57.2012.6.08.0012 – Classe 30 – 12ª Zona Eleitoral
Recorrente: COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”
Recorrido : SIMÃO LOPES DOS SANTOS

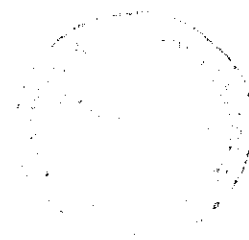
“ De acordo com a documentação acostada, o recorrido , apesar de ocupar o cargo de suplente de diretoria, não ocupou efetivamente cargo ou função de direção no período de quatro meses anteriores ao pleito, ou mesmo anteriormente desde a sua posse.

A prova em contrário não foi produzida pelo recorrente nos autos, não bastando a mera alegação.”

A douta Procuradoria Regional Eleitoral, também entendeu que o Recorrido não feriu o art. 1º, II, “g”, IV, “a” e VII, “b”, da Lei Complementar nº 64\90, inclusive, destacando o seguinte:

“ Assim, o exercício de função de direção, administração ou representação de Sindicato de Trabalhadores Rurais demanda a desincompatibilização para concorrer ao cargo de Vereador, no prazo de 6 (seis) meses.

Ocorre que, como demonstrado nos autos, o recorrido integra a Diretoria Sindical na condição de suplente, não havendo qualquer prova de que tenha de fato exercido a função respectiva desde a designação para a suplência”.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
JUIZ JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA

Recurso Eleitoral nº.49-57.2012.6.08.0012 – Classe 30 – 12ª Zona Eleitoral
Recorrente: COLIGAÇÃO “JUNTOS PRA CONTINUAR”
Recorrido : SIMÃO LOPES DOS SANTOS

Pelo que ficou apurado nos autos, não vejo fundamentos precisos para alterar a bem lançada sentença, pois ficou comprovado de forma cristalina que Simão Lopes dos Santos, é suplente e não exerceu qualquer múnus ou representação do sindicato noticiado.

Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO por preenchidos os requisitos, porém NEGÓ PROVIMENTO, mantendo o cabal entendimento adotado pelo culto magistrado, Dr. Fernando Fraguas Esteves, MM. Juiz Eleitoral da 12ª Zona Eleitoral.

É como voto.

Vitória/ES, 20 de agosto de 2012.

JÚLIO CÉSAR COSTA DE OLIVEIRA
MAGISTRADO